



Marcos Oliveira/Agência Senado — 18/6/2019



Também está na pauta texto sobre edificação às margens de rodovias e ferrovias

Inclusão de dados sobre autismo no censo deve ser votada no Senado

Estima-se que o Brasil tenha cerca de 2 milhões de pessoas com transtorno do espectro autista. Levantamento servirá para a elaboração de políticas públicas voltadas para essa parcela da população

O Senado deve votar esta semana proposta que prevê que o censo demográfico inclua dados específicos sobre pessoas com transtorno do espectro autista.

No Brasil, estima-se que 2 milhões de pessoas tenham o transtorno, que, além do autismo, inclui a síndrome de Asperger e acarreta modificações na capacidade de comunicação, na interação social e no comportamento. Até hoje, nenhum levantamento oficial foi feito no país para

identificar essa população. As informações servirão para embasar políticas públicas voltadas às pessoas com autismo.

Também pode ser votado projeto que assegura a permanência de edificações já erguidas às margens de rodovias e ferrovias federais. Hoje a lei proíbe construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos.

Outra proposta que está na pauta define regras para a produção e a venda de queijos artesanais. **3**

Debate busca combater maus-tratos a animais

A proteção e o bem-estar dos animais serão debatidos amanhã na Comissão de Meio Ambiente, como parte da programação do Junho Verde. Uma das preocupações dos ativistas é o crescente número de criadouros ilegais. **3**

Ativistas pedem fim de criadouros ilegais e combate à exploração de cães e gatos



Polyanna Molinari/ALMG

Texto prevê aulas sobre prevenção à violência em casa

A Comissão de Educação pode votar projeto que inclui conteúdo relacionado à prevenção da violência doméstica nos currículos da educação básica. **4**

Decreto sobre armas aguarda decisão da Câmara

A anulação definitiva do decreto presidencial que flexibiliza a venda, a posse e o porte de armas no Brasil depende da confirmação do Plenário da Câmara. **4**

Audiência avalia efeitos da dívida pública no país **4**

Telemarketing é tema de série da Rádio Senado **2**

Comissão discute hoje direito do trabalho **3**

Livraria do Senado comemora 50 anos em atividade **2**

Colegiado analisa ressarcimento à Eletrobras por gasto com gás

A medida provisória que autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas com termelétricas será debatida amanhã

pela comissão mista que analisa o assunto. O valor é referente ao subsídio à geração de energia nos estados do Norte. **3**



Eletro/PAC

Texto também garante reembolso para termelétricas que usem gás natural

JOVEM SENADOR 2019
ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248
/SENADOFEDERAL
0800 612211

Livraria do Senado celebra 50 anos com exposição

Mostra, que será aberta amanhã na Biblioteca da Casa, terá linha do tempo com os principais momentos e apresentará de publicações antigas a livros digitais, responsáveis pelo aumento da procura a partir de 2013

PARA COMEMORAR OS 50 anos da Livraria do Senado, será aberta amanhã uma exposição com a linha do tempo dos principais momentos do setor, desde a sua criação. A mostra, que terá duração de 30 dias, será na Biblioteca da Casa.

— Teremos publicações antigas até chegar às atuais, os livros digitais. Em 2013, começamos a trabalhar com e-books. Com isso, o número de vendas superou o esperado. Para cada livro [físico] que é vendido, dez são baixados. Por volta de 2016, começamos a disponibilizar os livros para serem baixados gratuitamente por meio de QR Code — explica o coordenador do Serviço de Multimídia, Thomas Jefferson Gonçalves.

Sem fins lucrativos, a livraria iniciou suas atividades em 1969 para comercializar a Revista de Informação Legislativa (RIL), criada seis anos antes. Desde então, seu catá-



Com dois estandes no Senado, a livraria investe ainda na venda de e-book

logo tem sido ampliado com obras sobre direito, legislação, história, filosofia e literatura, editadas pelo próprio Senado. Hoje, além de vender obras a preço de custo com frete grátis, ela disponibiliza a maior parte de seu acervo gratuitamente em formato digital.

A livraria tem dois estandes de venda no Senado e também participa anualmente de feiras de livro em todo o país, a fim de estar cada vez mais

próxima do cidadão. Difundir o conhecimento para toda a população de forma acessível é umas das premissas, segundo o diretor da Secretaria de Editorações e Publicações, Fabrício Ferrão Araújo.

— Nosso papel é fundamental para levar conhecimento para toda a população. E esses últimos cinco meses foram o período em que a livraria mais vendeu em toda sua história — afirmou.

Descarte de lixo eletrônico será tema de audiência

Em audiência marcada para amanhã, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) discutirá o descarte e a reciclagem de lixo eletrônico.

Foram convidados para o debate o professor da Faculdade Palotina de Santa Maria (Fapas) padre Celito Moro, o presidente da Cooperativa de

Trabalho de Recolhimento de Inservíveis Reciclados (Crir), Marcus Vinicius Barbosa Nunes, o diretor institucional da Enel Brasil/Companhia Energética do Ceará, José Nunes de Almeida Neto, a diretora de sustentabilidade da Enel Brasil, Marcia Massotti de Carvalho, a vereadora Professora Celita, a representante do Movimento

Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Distrito Federal (MNCR-DF) Aline Sousa da Silva e a coordenadora do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) do Senado Federal, Karin Kas-smayer, entre outros.

O requerimento para a audiência é do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS).

Fim de perícia para aposentados por HIV/aids é lei

Portadores de HIV/aids aposentados por invalidez estão dispensados de reavaliação pericial. A regra está prevista na Lei 13.847, publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

A norma foi promulgada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, depois que o

Congresso rejeitou, no dia 11 de junho, o veto total ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 188/2017, aprovado em abril.

O texto foi proposto pela Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos, uma entidade que luta por direitos das pessoas que vivem com HIV/aids. Apresentada pelo

senador Paulo Paim (PT-RS), a proposta foi aprovada na forma de um substitutivo do senador Romário (Podemos-RJ).

O argumento do projeto é de que a pessoa aposentada por invalidez já passou por diversos períodos de auxílio-doença, o que atesta a degradação de sua saúde.

Série mostra rotina de quem trabalha com telemarketing

A série “Por um fio — a realidade dos operadores de telemarketing” retrata a rotina desses profissionais, que sofrem pressão por parte de seus empregadores e têm que lidar com a má vontade dos clientes, cansados da abordagem repetitiva que predomina na atividade. Para isso, a Rádio Senado ouviu trabalhadores, representantes de empresas, sindicalistas, especialistas e consumidores. Os entrevistados falam sobre suas experiências na área de telemarketing e sobre as peculiaridades da atividade, que, atualmente, emprega cerca de 1,5 milhão de pesso-

as no país. Também analisam o projeto de lei apresentado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), que obriga empresas de telemarketing e teleatendimento a oferecer assistência psicológica e ginástica laboral para seus funcionários (PL 1.400/2019). As reportagens, produzidas pela jornalista Fernanda Nardelli, vão ser transmitidas pela Rádio Senado no programa *Conexão Senado*.

“Por um fio — a realidade dos operadores de telemarketing” Programa *Conexão Senado*, de hoje a sexta-feira, às 8h30, com reprise às 22h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA
TERÇA
QUARTA
QUINTA
SEXTA

- CDH Direito do trabalho**
9h Comissão debate direito do trabalho.
- PLENÁRIO Pronunciamentos**
14h Sessão não deliberativa.
- CDH Lixo eletrônico**
9h Debate sobre descarte e reciclagem de lixo eletrônico.
- CAE Indicação para Banco Central**
10h Leitura do relatório da indicação de Fernanda Nechio para diretora do BC. Em seguida, audiência sobre dívida pública.
- CMA Proteção dos animais**
10h Bem-estar dos animais é o tema da audiência pública. Às 14h, a comissão debate a relação entre os jovens e o meio ambiente.
- CE Valorização de professores**
11h Entre os itens em pauta, projeto que valoriza profissional do ensino básico.
- CI Sistema ferroviário**
11h Audiência com o ministro de Infraestrutura, Tarcísio Freitas, sobre renovação das ferrovias.
- CDH Alienação parental**
13h30 Projeto que revoga Lei da Alienação Parental é tema de audiência.
- CMO Lei de Diretrizes Orçamentárias**
14h30 Relatório do projeto da LDO.
- MP 877/2019 Tributo sobre passagens**
14h30 Apreciação do relatório.

- MP 879/2019 Eletrobras**
14h30 Audiência sobre MP que autoriza União a ressarcir a Eletrobras por despesas com termelétricas.
- CCT/CAE Criptoativos**
9h Audiência conjunta para debater regulação do mercado de criptoativos.
- CRA Energia alternativa**
11h Debate sobre projeto que estimula exploração de energia eólica e solar em assentamentos da reforma agrária.
- SESSÃO SOLENE Emendas de bancada**
11h Promulgação da Emenda Constitucional 100, que obriga execução orçamentária de emendas de bancada.
- CE Renovação do Fundeb**
14h Quinta audiência sobre o Fundeb.
- MP 881/2019 Redução da burocracia**
14h Debate sobre redução da burocracia para a iniciativa privada.
- MP 882/2019 PPI**
14h30 Eleição de presidente e vice da comissão que analisa a reformulação do Programa de Parcerias de Investimentos.
- SESSÃO ESPECIAL Aviação**
14h Comemoração do Dia Nacional da Aviação de Segurança Pública do Brasil.
- REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Debate**
14h Audiência sobre metas e resultados das ações de regularização fundiária.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Senado deve votar dados sobre autismo no censo

Informações serão usadas para embasar políticas públicas voltadas a essa parcela da população, que, no Brasil, é de cerca de 2 milhões. Também está na pauta texto sobre edificações às margens de rodovias

O PLENÁRIO PODE votar esta semana um projeto que determina a inclusão, nos censos demográficos, de informações e dados específicos sobre pessoas com autismo. O PLC 139/2018 busca fornecer meios para embasar políticas públicas voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista (TEA).

O TEA resulta de uma desordem no desenvolvimento cerebral. Engloba o autismo e a síndrome de Asperger, além de outros transtornos. Acarreta modificações na capacidade de comunicação, na interação social e no comportamento. Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham autismo, sendo 2 milhões delas no Brasil, porém, até hoje nenhum levantamento oficial foi feito no país para identificar essa população.

O projeto, da deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC), altera a Lei 7.853, de 1989, para que seja obrigatório que os censos populacionais

incluam “especificidades inerentes ao autismo”. De acordo com a autora, esses dados são necessários para melhor implantar políticas públicas.

Para a relatora, senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP), a experiência dos últimos anos tem demonstrado como é compensador para a sociedade o reconhecimento das pessoas com deficiência como cidadãos, com pleno acesso a seus direitos civis e constitucionais. As políticas públicas, no entanto, precisam de aperfeiçoamento, que passa diretamente pelo conhecimento científico a respeito do grupo, a ser produzido a partir dos censos, sustenta Mara.

“O Estado e a sociedade passarão a dispor de conhecimentos confiáveis sobre as condições e as demandas das pessoas com autismo, distribuídas que estão por todo o território nacional”, diz a relatora. Ela apresentou emenda para ajustar a redação da proposta, para que as pesquisas feitas a

partir de 2019 (e não de 2018, como previa o texto original) contemham as questões direcionadas a essa população.

Também está na pauta o projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, ainda que a lei em vigor (Lei 6.766, de 1979) proíba a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos (PLC 26/2018).

Cidades

O projeto também dispensa a observação dessa margem de segurança nos trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem perímetro urbano ou áreas urbanizadas que possam ser incluídas nesse perímetro.

Outra proposta que pode ser votada define regras para a produção e a venda de queijos artesanais (PLC 122/2018). O texto reduz a burocracia para que o produtor rural possa vender sua produção no mercado interno e externo, caso ele atenda às exigências internacionais.

Algumas propostas de emenda à Constituição também estão na pauta. Aguarda a votação em segundo turno a A PEC da Desburocratização (57/2016), que simplifica as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

ração de energia nos estados do Norte. Nem todas as áreas da região estão conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) para receber energia de outras usinas. Por isso, elas dependem de termelétricas.

A Lei do Setor Elétrico (Lei 10.438, de 2002) previa o reembolso de despesas até abril de 2016. Assim, a MP viabiliza o reembolso de gastos de 14 meses a mais do que o previsto anteriormente na lei (maio de 2016 a junho de 2017). Além disso, a lei não estabelecia prazo final para o pagamento.

Eficiência

Parte dos custos com a compra de combustíveis não era reembolsado pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) porque as distribuidoras não cumpriam requisitos de eficiência. A MP relevou o cumprimento dos requisitos para viabilizar o reembolso.

Segundo o Executivo, a MP garante recursos para preservar as condições da concessão das distribuidoras licitadas.

Ao longo de 2018, a Eletrobras saiu do setor de distribuição ao vender empresas em seis estados (Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima). Nesse processo, a Eletrobras ficou com parte das dívidas e com créditos das empresas.

Na exposição de motivos, o governo reconhece “os custos de uma operação deficitária na prestação de um serviço público de distribuição”. Por isso, o Executivo afirma que deve assumir esse pagamento e não repassar o valor ao consumidor de energia elétrica.

O texto também garante reembolso para termelétricas que usem gás natural como combustível a partir de 2010, com aproveitamento ótimo.

Com Agência Câmara

Senadores, ativistas e promotores debatem maus-tratos a animais



Uma audiência pública sobre proteção e bem-estar dos animais será

promovida amanhã, às 10h, na Comissão de Meio Ambiente (CMA). A reunião faz parte da programação do Junho Verde, dedicado ao debate de temas ligados ao meio ambiente.

O requerimento foi apresentado pelos senadores Fabiano Contarato (Rede-ES), Styvenson Valentim (Podemos-RN), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jaques Wagner (PT-BA), Eduardo Girão (Podemos-CE), Alessandro Vieira (Cidadania-SE), Jean Paul Prates (PT-RN) e Antonio Anastasia (PSDB-MG).

“A proposta da audiência é debater a realidade de animais selvagens, domésticos e de criadouros no Brasil, como parte de um amplo debate social entre todos os interessados na pauta ambiental”, explica Fabiano Contarato.

Para debater o tema, foram convidados a diretora da Via-Fauna Consultoria Ambiental, Fernanda Abra, os promotores do Ministério Público de Minas Gerais Luís Bortoncello e Monique Gonçalves e a ativista ambiental e presidente do Instituto Luísa Mell,

Luísa Mell.

A indústria de animais de estimação faturou R\$ 20,3 bilhões no Brasil em 2017. Dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação de 2013 mostram que o Brasil possuía, na época, 52,2 milhões de cachorros, 22,1 milhões de gatos, 37,9 milhões de aves, 18 milhões de peixes e 2,2 milhões de animais de outras espécies.

Uma grande preocupação dos ativistas é o crescente número de criadouros ilegais que exploram animais de raça, sobretudo cães, para vender seus filhotes.



Segundo Contarato, a audiência debaterá a realidade dos animais

Direito do Trabalho é tema de audiência hoje na Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa promove hoje, às 9h, audiência pública para debater o direito do trabalho

Foram convidados para o debate o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Carlos Silva, o vice-presidente da Associação Nacional dos Magis-

trados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Antonio Colussi, o subprocurador-geral do Trabalho, Cristiano Paixão, e a representante do Movimento da Advocacia Trabalhista Independente, Eidy Lian Cabeza. Também devem participar representantes da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT).

Alvaro defende que Congresso restabeleça seu protagonismo

Alvaro Dias (Podemos-PR) defendeu em Plenário, na sexta-feira, que o Congresso restabeleça seu protagonismo na deliberação de projetos de reformas importantes para o país. Segundo ele, o Brasil vive um novo momento político, com grandes desafios, e por isso é necessário que o Legislativo também busque alternativas para preservar a instituição.

— Se o governo não encaminhou até hoje a reforma tributária, há na Câmara dos Deputados duas propostas que estão sendo discutidas há muito tempo — afirmou.



Izalci: combate a fraudes no INSS deve gerar R\$ 10 bi de economia ao ano

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse na sexta-feira, em Plenário, que a nova lei de combate a fraudes no INSS (Lei 13.846, sancionada na terça-feira) vai ajudar a enfrentar irregularidades e gastos desnecessários na concessão de benefícios e deve gerar economia para o país de quase R\$ 10 bilhões ao ano.

— Há milhões de processos parados no INSS, e a nova legislação vai resolver também essa questão, permitindo mais produtividade aos auditores — disse o senador, que foi presidente da comissão mista de análise da MP que gerou a lei.



Emenda de Mara prevê que pesquisas incluam o tema a partir de 2019

Colegiado discute despesas com termelétricas

A comissão mista da medida provisória que autoriza a União a pagar até R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras por despesas com termelétricas faz audiência pública amanhã. O deputado Edio Lopes (PL-RR) preside o colegiado e o senador Otto Alencar (PSD-BA) é o relator da MP 879/2019.

Foram convidados representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas, da Federação Nacional dos Urbanitários, da Eletrobras, da Companhia Energética de Minas Gerais e do BNDES.

A MP autoriza o pagamento à Eletrobras por despesas com compra de combustíveis até 30 de junho de 2017. O valor, a ser pago até 2021, é referente ao reembolso para subsidiar a ge-

Anulação de regra para arma aguarda decisão da Câmara

Senado aprovou na terça-feira a derrubada do decreto presidencial que flexibiliza regras sobre posse, porte e comercialização de armas de fogo, mas texto continua em vigor, dependendo da análise dos deputados

COM 47 VOTOS favoráveis e 28 contrários, o Senado votou na semana passada pela derrubada do decreto presidencial que flexibiliza a posse e o porte de armas no Brasil. A anulação definitiva do decreto depende agora da confirmação do Plenário da Câmara dos Deputados, o que pode ocorrer ainda neste mês. Por enquanto, o texto do presidente Jair Bolsonaro continua em vigor.

Na terça-feira, a maioria dos senadores votou a favor do projeto de decreto legislativo de Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que susta o Decreto 9.785, de janeiro. O PDL 233/2019 anula ainda o Decreto 9.797, de maio, que promoveu alterações no decreto inicial de Bolsonaro.

Nos decretos, o presidente da República regulamentou diversos pontos do Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003), autorizando a concessão de porte a 20 categorias profissionais e aumentando de 50 para 5 mil o número de munições disponíveis anualmente a cada proprietário de

LIDERANÇAS	DESCRIÇÃO	VOTAÇÃO EM ANDAMENTO
	Susta o Decreto nº 9.785/2019, que regulamenta a Lei nº 10.826/2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.	SIM 47 NÃO 28 ABSTENÇÃO 0 PRESIDENTE 1 QUORUM 76
		Votação Aberta

Na terça-feira, a maioria dos senadores votou pela anulação do decreto

arma de fogo. O texto também quebra o monopólio da importação de armas no Brasil e autoriza o livre trânsito com armas para caçadores, colecionadores e atiradores. Agora, a anulação definitiva do decreto depende dos deputados.

O projeto passará pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara antes de ir ao Plenário, mas a base parlamentar governista, ministros e o próprio presidente Bolsonaro já iniciaram articulações e negociações para impedir que o decreto perca validade.

Bolsonaro escreveu no Twitter: “Esperamos que a Câmara

não siga o Senado, mantendo a validade do nosso decreto”.

No entanto, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, já disse que a questão das armas deverá ser debatida no Congresso em forma de projeto de lei. E o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, classificou de frágil a defesa que o governo faz do decreto.

Há ainda a possibilidade de a norma ser cancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que vai começar a analisar, na quarta-feira, ações dos partidos Rede, Psol e PSB que pedem a suspensão dos efeitos do decreto das armas.

Projeto altera regras para reconhecer suspeitos

Os procedimentos para o reconhecimento de pessoa suspeita de ter cometido crime podem ser alterados. Hoje, por exemplo, o artigo 226 do Código Penal não estabelece o número mínimo de pessoas semelhantes ao suspeito para que a vítima faça o reconhecimento. Também não há previsão de que a vítima seja alertada sobre a possibilidade de o suspeito não estar entre as pessoas ou fotografias apresentadas. Com o PL 3.300/2019, a pessoa que se pretende reconhecer será colocada ao lado de outras cinco e a vítima deverá receber o alerta sobre a ausência do suspeito no conjunto apresentado de pessoas ou de fotografias.

A proposta de Ciro Nogueira (PP-PI) aguarda designação do relator na Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo, segundo o autor, é diminuir a possibilidade de erro no âmbito da investigação criminal, tornando o procedimento mais confiável e evitando o erro judiciário.

“No curso da investigação criminal, o equivocado reconhecimento de pessoa é uma das principais razões que levam ao erro judiciário. O regramento para o reconhecimento de pessoas estabelecido no artigo 226 do Código de Processo Penal não garante a fidedignidade dessa prova”, justifica o senador.

O projeto estabelece ainda que o mesmo procedimento deverá ser adotado em relação ao reconhecimento de pessoas por meio de fotografias. Ele mantém a previsão atual de que, se houver razão para

reconhecer que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela.

Ciro também propõe que, se no primeiro reconhecimento o suspeito ou a sua fotografia não for colocado com as demais pessoas ou às suas fotografias, somente se repetirá o procedimento se a pessoa chamada a fazer o reconhecimento não apontar nenhum suspeito. O senador também deixou expresso no projeto que a autoridade responsável pela condução do ato de reconhecimento não poderá, de forma alguma, influenciar a pessoa chamada a fazer o reconhecimento.

O documento a ser produzido depois do reconhecimento será reduzido a termo, indicando se houve ou não o reconhecimento, e o grau de certeza da pessoa que fez o reconhecimento. Essa pessoa assinará o termo juntamente com a autoridade que conduziu o ato e duas testemunhas presenciais, que não tenham presenciado o ato ilícito, nem sejam integrantes do sistema de segurança pública.

Prevenção à violência doméstica pode entrar no currículo escolar

Um projeto que inclui conteúdo relacionado à prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica é um dos 16 itens na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte de amanhã.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que só em 2018 foram registrados mais de 4,4 mil casos de feminicídio no Brasil.

Autor do projeto (PL 598/2019), o senador Plínio Valério (PSDB-AM) defende que a ideia é reforçar, desde cedo, questões como respeito e igualdade.

— Para que o aluno aprenda que tem que respeitar a mulher, que mulher não é mercadoria, é uma pessoa igual ao homem. As diferenças que existem são biológicas e quando a mulher diz não, é não — explicou.

A proposta tem voto favorável da relatora, Daniella Ribeiro (PP-PB), para quem atuar na formação de crian-

ças e adolescentes nas escolas de educação básica é uma estratégia importante para a promoção de mudanças culturais mais profundas.

— Vamos educar as meninas para conhecerem os seus direitos e para não permitirem receber agressões achando que isso é natural ou normal — defendeu.

Daniela ressaltou que, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Datafolha, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora no ano passado. Pelo levantamento, 76,4% das mulheres que sofreram violência relataram que o agressor era alguém conhecido (em 23,8% dos casos, o cônjuge, namorado ou companheiro), e 42% delas indicaram a própria casa em que vivem como o local da agressão.

A comissão terá a decisão final, e a proposta, se aprovada, deve seguir para a Câmara dos Deputados.

Comissão discute efeitos da dívida pública na economia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) faz amanhã audiência para debater a dívida pública e os seus desdobramentos na economia.

Foram convidados o diretor de Fiscalização da Dívida Pública do Tribunal de Contas União, Alessandro Caldeira, o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, Felipe Salto, o subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Te-

souro, José Franco Medeiros de Moraes, e a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lúcia Fattorelli. O pedido para a audiência é do senador Vanderlan Cardoso (PP-GO).

Antes do debate, será lido o relatório do senador Irajá (PSD-TO) sobre a indicação da economista Fernanda Nechio ao cargo de diretora do Banco Central. A sabatina será feita em outra data.

Marcos do Val pede para se aposentar pelo regime do INSS

Marcos do Val (Cidadania-ES) disse ter esperanças de que a Câmara não anule o decreto sobre armas de Bolsonaro. Se isso ocorrer, o tema ainda pode ser analisado por meio de projeto de lei, destacou.

O senador também comunicou a decisão de abrir mão da sua aposentadoria especial como parlamentar e informou que protocolou na Secretaria-Geral da Mesa o pedido de retorno ao plano de Previdência do INSS. Ele defendeu que a proposta de reforma da Previdência incluía os policiais civis, federais, rodoviários federais e guardas municipais nas regras previstas para os militares.



Pedro França/Agência Senado

Kajuru defende projeto de lei para substituir decreto

Jorge Kajuru (PSB-DF) anunciou que vai apresentar um projeto para substituir o decreto presidencial que flexibiliza as regras sobre armas. Segundo o senador, o texto será semelhante ao decreto, mas com correção em relação à letalidade das armas.

— O meu projeto apenas altera a periculosidade da potência das armas. O decreto autorizou a venda para civis de armas que só podiam ser usadas por forças de segurança, armas de uso restrito, como fuzis. O objetivo é que a população tenha segurança, mas só esteja autorizada a ter armas compatíveis com o uso civil — explicou.



Pedro França/Agência Senado



Para Ciro Nogueira, o reconhecimento equivocado leva a erro judiciário